

A “vacina chinesa”: imaginários sociodiscursivos em torno da vacina Coronavac numa postagem do *twitter*

Mônica Souza Melo *

Resumo: O presente artigo focaliza a interpretação de imaginários sociodiscursivos presentes numa publicação via *twitter* do pastor e deputado federal Marco Feliciano, que trata da vacina Coronavac. Para isso, adotamos como eixo teórico e metodológico a Análise do Discurso Semiolinguística e o conceito de imaginários sociodiscursivos (CHARAUDEAU, 2008, 2017). Nossa análise nos permitiu identificar os saberes de crença difundidos pela instância de produção do material empírico analisado, que podem representar uma difusão do negacionismo científico, por promover o descrédito da vacina contra a COVID-19.

Palavras-chave: Discurso político. Redes sociais. COVID-19. Vacina.

Abstract: This paper focuses on the interpretation of socio-discursive imaginaries present in a *twitter* publication by pastor and federal deputy Marco Feliciano. This publication has as its theme the Coronavac vaccine. To analyze this object, we adopted as a theoretical and methodological axis the Semiolinguistic Discourse Analysis and the concept of socio-discursive imaginaries, based on Charaudeau (2008; 2017). Our analysis allowed us to describe and interpret the knowledge of beliefs, which may represent a spread of scientific denial characterized here as discrediting the effectiveness of the vaccine against COVID-19.

Keywords: Political discourse. Social networks. COVID-19. Vaccine

Résumé: Cet article porte sur l'interprétation des imaginaires socio-discursifs présents dans une publication *twitter* du pasteur et député fédéral Marco Feliciano. Cette publication a pour thème le vaccin Coronavac. Pour analyser cet objet, nous avons adopté comme axe théorique et méthodologique l'Analyse du discours sémiolinguistique et le concept d'imaginaires socio-discursifs, à partir de Charaudeau (2008 et 2017). Notre analyse nous a permis de décrire et d'interpréter la connaissance des croyances diffusées par l'instance de production du matériel empirique analysé, ce qui peut représenter une diffusion du déni scientifique caractérisé ici comme discréditant l'efficacité du vaccin contre le COVID-19.

* Professora Titular de Linguística no Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. <https://orcid.org/0000-0002-6502-9280> / E-mail: monicassmelo@yahoo.com.br



Mots-clés: Discours politique. Réseaux sociaux. COVID-19. Vaccin.

Introdução

Desde o início de 2020, o Brasil e o mundo têm vivenciado um período turbulento em função da pandemia da COVID-19¹, que já vitimou mais de três milhões de pessoas no mundo. A partir de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu oficialmente a existência da pandemia, a rotina das pessoas tem sido afetada por medidas que visam reduzir o contágio, tais como cuidados com a higiene, uso de máscaras e isolamento social. A situação de urgência sanitária tem evidenciado a fragilidade dos sistemas públicos de saúde pelo mundo e a imensa desigualdade social, inclusive em países mais desenvolvidos. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem prestado atendimento à população. Porém, diante do grande número de contaminados, muitos pacientes não conseguem receber atendimento nas instituições públicas de saúde, que se encontram à beira de um colapso.²

Nesse contexto, os laboratórios de todo o mundo têm se empenhado no desenvolvimento de vacinas que proporcionem a imunização da população e o controle da pandemia. No Brasil, duas renomadas instituições científicas também se dedicam à produção de vacinas contra esse vírus: a Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), sediada no Rio de Janeiro, e o Instituto Butantan, sediado em São Paulo. A primeira teve o apoio do governo federal e desenvolveu pesquisas que resultaram na produção da vacina Covishield, fabricada pela farmacêutica Serum Institute of India, em parceria com a AstraZeneca/Universidade de Oxford. A segunda teve o apoio do governo do estado de São Paulo e resultou na produção da vacina Coronavac, desenvolvida pela farmacêutica

¹ A COVID-19 é uma doença causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, que afeta o sistema respiratório, cujo quadro clínico pode variar de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves que podem levar o paciente a óbito.

² A situação de colapso no sistema de saúde foi amplamente noticiada na imprensa brasileira. Mais informações estão disponíveis em: “O colapso já chegou ao sistema de saúde vai continuar”, cuja referência citamos: <https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/o-colapso-ja-chegou-ao-sistema-de-saude-vai-continuar-24960882>. Acesso em: 23 mar. 2021.

Sinovac, da China, em parceria com o Instituto Butantan. Ambas as vacinas obtiveram autorização temporária de uso emergencial pela ANVISA (Agência de Vigilância Sanitária)³ em 17 de janeiro de 2021.

No entanto, ao longo do período de produção e testes das vacinas, instaurou-se uma polêmica em torno da eficácia da vacina Coronavac, motivada, entre outros fatores, por uma disputa política entre o presidente Bolsonaro e o governador de São Paulo, João Doria.⁴ Diante do aumento da popularidade do governador Doria, eventual adversário nas eleições presidenciais de 2022, que passou a ser visto por parte da população como gestor responsável pela implementação do processo de vacinação no país, o governo federal, que sempre adotou uma atitude negacionista com relação à pandemia, intensificou, com a colaboração de apoiadores, uma verdadeira campanha nas mídias para desqualificar, publicamente, a vacina Coronavac.

Diversas manifestações públicas, notoriamente nas redes sociais, difundiram entre a população não só a dúvida quanto à eficácia dessa vacina, mas também o descrédito quanto à necessidade e à confiabilidade das vacinas em geral. Um dos personagens mais ativos nesse sentido é o deputado Marco Feliciano. Além de deputado, Feliciano é pastor e atua na Frente Parlamentar Evangélica, associando princípios cristãos e conservadores a pautas políticas, exercendo um ativismo político e evangélico. Representa uma base de apoio ao atual governo federal e, ao longo da crise causada pela pandemia da COVID-19, utilizou várias vezes as redes sociais, nas quais congrega milhares de seguidores, para apoiar o presidente Bolsonaro e para desqualificar a “vacina da China.” Uma de suas publicações é objeto desse estudo.

Focalizamos, nesse artigo, uma publicação via *twitter* de Feliciano sobre a vacina Coronavac, tomando como referencial teórico e metodológico a Análise do Discurso Semiolinguística, especialmente o conceito de imaginários sociodiscursivos, conforme Charaudeau (2017).

3 Informações disponíveis em <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/confirma-materiais-da-reuniao-extraordinaria-da-dicol>. Acesso em: 19 jan. 2021.

4 Os episódios envolvendo a disputa política entre o presidente Bolsonaro e o governador Doria em torno da vacina Coronavac foram divulgadas pela mídia brasileira e encontram-se sintetizadas em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54639750>. Acesso em: 27 mar. 2021.

Primeiramente, vamos apresentar um breve histórico sobre as campanhas de vacinação no Brasil, a fim de destacar como a importância da imunização por vacinas é algo que vem sendo difundida entre a população brasileira há bastante tempo. Em seguida, abordaremos os fenômenos do negacionismo científico e dos discursos de ódio como facetas do populismo difundido nas redes sociais. Depois, resumiremos os pressupostos que nortearão a nossa análise, para, na sequência, apresentar a descrição e interpretação da publicação selecionada. Por fim, procuraremos depreender da análise algumas considerações.

Breve visão das campanhas de vacinação no Brasil

A prática das campanhas de vacinação do Brasil se relaciona à história da saúde pública nesse país. De acordo com Porto (2003), um momento marcante na história dessas campanhas é o início do século XX, quando o Rio de Janeiro, em função das péssimas condições sanitárias e de moradia na época, foi assolado por epidemias de peste, febre amarela e varíola. O combate à varíola foi uma das principais motivações para que, sob a orientação do médico e cientista Osvaldo Cruz, então à frente da Diretoria Geral de Saúde Pública, se instituísse a obrigatoriedade da vacinação contra o vírus, sendo essa ministrada, algumas vezes, em função da resistência da população, à força. Os procedimentos adotados e o desconhecimento de grande parte da população a respeito do funcionamento das vacinas geraram grande resistência tanto da população quanto da imprensa, culminando no movimento que ficou conhecido como a “Revolta da Vacina”, como descreve Porto (2003):

A indignação levou ao motim popular, que explodiu em 11 de novembro de 1904, conhecido como a “Revolta da Vacina”. Carroças e bondes foram tombados e incendiados, lojas saqueadas, postes de iluminação destruídos e apedrejados. Pelotões dispararam contra a multidão. Durante uma semana, as ruas do Rio viveram uma guerra civil. (PORTO, 2003, p. 53).

Apesar da resistência, a população reconheceu a importância da vacina e, em 1908, diante de uma nova epidemia de varíola, as pessoas já buscaram espontaneamente os postos de vacinação.

As iniciativas de mobilizar a população para a importância da vacinação se inserem num contexto em que a preocupação com a saúde pública se acentuou. Nesse processo, a década de 1960 foi especialmente relevante, com a adoção de algumas medidas orientadas pela concepção de controle, a fim de acompanhar o aumento da produção e do consumo de bens e serviços. Na época, houve a regulamentação da iodação do sal, da qualidade das águas para consumo humano e a implantação do Programa Nacional de Imunização, responsável pelo controle sanitário de vacinas. Acentuaram-se também os investimentos para conscientizar a população sobre a importância de medidas de higiene.

As primeiras campanhas de vacinação no Brasil datam de 1961 e tinham como foco o combate à poliomielite. No ano seguinte, houve uma grande Campanha Nacional de Vacinação contra a varíola, que contribuiu para a erradicação dessa doença no Brasil, anos mais tarde. Com o tempo, as campanhas de vacinação contra a pólio se intensificaram e houve a incorporação gradativa de outras vacinas, tais como a tríplice viral e o sarampo.⁵

Uma campanha bastante conhecida nessa época adotava o slogan “povo limpo é povo desenvolvido”, que usava animações exibidas pela TV, e tinha como protagonista o Sujismundo, personagem criado durante o governo militar, que atuava também em campanhas ufanistas, tais como “Brasil, ame-o ou deixe-o” e “Este é um país que vai pra frente”. Sujismundo era um menino porcalhão que, nas propagandas, era orientado a desenvolver hábitos de higiene. O personagem também protagonizou campanhas a favor da vacinação. Um exemplo é a peça que transcrevemos parcialmente abaixo, em

5 Dados disponíveis em <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1682-conheca-a-historia-das-campanhas-nacionais-de-vacinacao#:~:text=Assim%2C%20inicia%2Dse%20em%201980,tr%C3%ADplice%20e%20contra%20o%20sarampo>. Acesso em: 17 out. 2021

que Sujismundo e seu pai dialogam com o Dr. Prevenildo, a respeito dos mitos em torno da vacinação:

Figura 1: Campanha de vacinação - Sujismundo



Pai do Sujismundo: (...) Eu não quero tomar espetadas inúteis. Afinal, eu não estou doente.

Dr. Prevenildo: Pois é por estar sadio que você precisa se vacinar. A vacina é um preparado que protege contra as doenças. Quando o seu filho recebe uma dose de vacina, o líquido estimula as defesas naturais do organismo, tornando-as muito mais fortes para combater os germes causadores das doenças.

Pai do Sujismundo: Poxa, isso é o que a vacina faz?

Dr. Prevenildo: Isso mesmo. E é por causa de atitudes como a sua que muitos brasileiros morrem ou ficam incapazes. A vacinação é necessária. Afinal, não dói nada, e você não vai bancar o medroso perto das crianças. Não é, Sujismundo?

Fonte: <http://www.funasa.gov.br/cronologia-historica-da-saude-publica> Acesso em: 17 out. 2021.

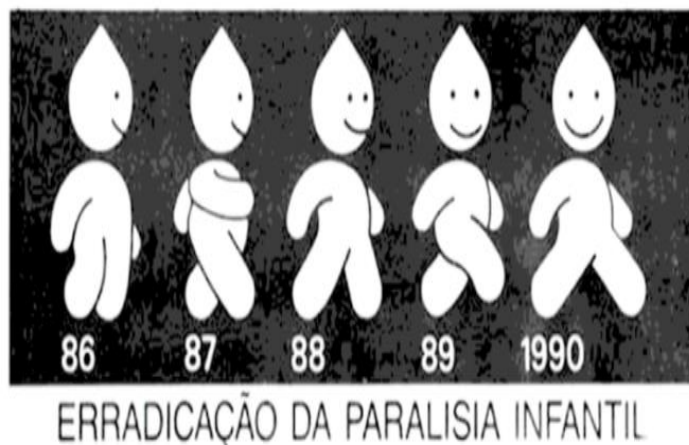
Na campanha em destaque, vemos que o pai do Sujismundo representa uma parcela da população que ainda alimentava receio com relação à vacinação. Na cena, o Dr. Prevenildo representa a voz da ciência, ao elucidar, de uma forma mais didática, o funcionamento das vacinas.

As iniciativas a favor de um maior compromisso do Estado com a saúde pública e, conseqüentemente, com as campanhas de vacinação, tiveram um fortalecimento a partir do processo de redemocratização brasileira. De acordo com FUNASA (2017):

No movimento pela redemocratização do país, cresceram os ideais pela reforma da sociedade brasileira, com o envolvimento de diversos atores sociais, sujeitos coletivos e pessoas de destaque. Sanitaristas ocuparam postos importantes no aparelho de estado. A democratização na saúde fortaleceu-se no movimento pela Reforma Sanitária, avançando e organizando suas propostas na VIII Conferência Nacional de Saúde, de 1986, que conferiu as bases para a criação do Sistema Único de Saúde. (FUNASA, 2017, sp).

Em 1986, é criado um outro personagem de campanhas de vacinação bastante popular: o Zé Gotinha. Esse personagem, criado pelo artista plástico Darlan Rosa, tinha por finalidade divulgar, de forma atraente para as crianças, a campanha, promovida pelo Ministério da Saúde, de vacinação contra a poliomielite.

Figura 2: Zé Gotinha



Fonte: <https://historiasdebrasil.com/2021/01/21/ze-gotinha-o-heroi-de-brasil/>

Acesso em: 15 dez. 2021.

A Constituição de 1988 instituiu definitivamente a saúde como um direito de todos e dever do Estado e estabeleceu mecanismos para que o direito social e individual à saúde fosse garantido. Nesse contexto, a vacinação é vista de forma inequívoca como um dos mecanismos que permitem assegurar esse direito à população.

Negacionismo científico como faceta do populismo no Brasil

Apesar de todo histórico que contribuiu para a consciência coletiva em torno da importância das vacinas, observamos, atualmente, um ressurgimento do movimento antivacina como uma das facetas do negacionismo científico. Particularmente ao longo da pandemia da COVID-19, observa-se a difusão do descrédito em torno da eficácia das vacinas, especialmente da Coronavac, desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantã. Esse descrédito foi disseminado em grande parte pelo

presidente Bolsonaro e por seus apoiadores, em declarações publicadas nos meios de comunicação tradicionais e nas redes sociais.⁶

De acordo com Veras (2020), as práticas de negação da modernidade e da razão pública se vinculam a uma nova onda de populismo radical de direita, que se constitui, na atualidade, como um movimento geopolítico que opera em escala global, com ressonâncias expressivas em três diferentes polos geográficos: nos Estados Unidos, por Donald Trump; na Rússia, por Vladimir Putin e no Brasil, por Jair Bolsonaro e seus respectivos ideólogos: Steve Bannon, Alexandr Durgin e Olavo de Carvalho. Para Veras (2020, p. 12), essa corrente é altamente ideológica e seus líderes oferecem “narrativas messiânicas e salvacionistas, que variam dadas as especificidades locais dos respectivos países, em torno de pautas relativas à imigração, segurança pública, corrupção e políticas internacionais.” Nos termos do autor, essa orientação, no Brasil, conduz a um “negacionismo viral exterminista” (VERAS, 2020, p. 2), que possui uma dimensão social, geopolítica e ideológica e se pauta numa visão tradicionalista apoiada por setores mais conservadores da sociedade, tais como segmentos das igrejas evangélicas, notadamente, as neopentecostais. Esses setores se opõem a qualquer pauta de ordem progressista e pregam uma “ordenação hierárquica e elitista da sociedade, no qual justificam uma divisão social de castas como naturalizada e intrínseca às estruturas políticas da sociedade” (VERAS, 2020, p. 3), difundindo uma ideia de pureza da raça que remete ao arianismo. Esse grupo encara a democracia como manifestação de deterioração de valores tradicionais e vê aquele que diverge desse pensamento como um inimigo que precisa ser eliminado. Esse movimento se caracteriza pela perseguição a ativistas de esquerda e por um anti-intelectualismo, uma relativização da verdade (que origina as *fake news*) e ataques à ciência. No Brasil, algumas manifestações desse negacionismo são a negação do aquecimento global relacionado a queimadas na Amazônia; o negacionismo espacial, que prega o terraplanismo e o chamado “negacionismo viral” (VERAS, 2020), em torno da COVID-19.

De acordo com Kenneth Camargo, cujo pensamento é resumido em Camargo e Coeli (2020), os processos de negacionismo apresentam cinco características, a saber: 1)

⁶ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-11/bolsonaro-incentiva-politizacao-da-vacina-e-coloca-trabalho-da-anvisa-em-xeque.html>. Acesso em: 04 abr. 2021.

identificação de conspirações; 2) uso de falsos *experts*; 3) seletividade, pautando-se em estudos isolados que contrariam o consenso científico (“cherry-picking”); 4) criação de expectativas inalcançáveis para a pesquisa; e 5) uso de deturpações ou falácias lógicas. (CAMARGO; COELI, 2020, p.2)

O negacionismo em torno da COVID-19 no Brasil foi marcado por declarações do presidente da república e dos seus apoiadores e se caracterizou, primeiramente, por uma negação da pandemia e da sua gravidade. Um exemplo é a declaração do presidente que, ao ser indagado sobre as 5.000 mortes no país, afirmou “E daí? Sou Messias, mas não faço milagre.”⁷ A resistência à adoção de medidas preventivas, como o uso de máscaras e o distanciamento social, recomendados pela OMS, a insistência na tese do “tratamento precoce” pelo uso de uma espécie de kit composto por hidroxicloroquina e ivermectina, cuja eficácia nunca foi comprovada, e a desconfiança quanto à vacinação também fazem parte dessa questionável postura.

É nesse contexto que se insere a publicação do deputado Feliciano que analisamos neste artigo. Antes, porém, faz-se necessário introduzir a noção de imaginários sociodiscursivos, que pautará nossas análises.

Imaginários sociodiscursivos sob a perspectiva semiolinguística

Grande parte das informações a respeito da pandemia e dos procedimentos para lidar com ela chegam à população pela mídia, especialmente pelas redes sociais. As fontes dessas informações frequentemente correspondem a pessoas vinculadas a organizações/instituições variadas, que, nas redes sociais, agem como espécies de

7 Declaração registrada, entre outros meios de publicação, em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/04/29/e-a-vida-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus>. Acesso em: 04 abr. 2021.

“influenciadores digitais”, ou seja, atuam como pessoas cujas opiniões são assimiladas e compartilhadas por um grande número de seguidores.

A respeito do papel dos chamados influenciadores digitais na atualidade, Karhawi (2016) reconhece que esses agentes se constituem como marcas e, em muitos casos, como mercadorias, exercendo uma influência que vai muito além do ambiente digital. Segundo Karhawi, essas figuras alcançam esse status pelo fato de serem capazes de filtrar as informações que vão chegar aos públicos nas redes sociais e, ao mesmo tempo, por reunirem atributos como credibilidade, reputação e prestígio, responsáveis por compor uma espécie de capital simbólico, conceito oriundo de Bourdieu (1979), e que diz respeito à percepção e legitimação de três outros fatores: os capitais social, econômico e cultural associados ao indivíduo.

Sendo assim, é relevante que observemos, no contexto da crise sanitária, econômica e social evidenciada pela pandemia da COVID-19, os imaginários que estão sendo difundidos entre a população por esses influenciadores e a sua repercussão. Antes, porém, é necessário retomar o conceito de imaginários sociodiscursivos, proposto por Charaudeau.

A noção de imaginários já aparece em Bourdieu (1979), o qual defende que a fala funciona como expressão das condições de existência, de sistemas de valores, normas e símbolos e, como tal, constrói identidades e veicula imaginários. Também Bakhtin (1995, p. 36) destaca o valor da palavra como “o modo mais puro e sensível de relação social”, propondo que os processos que engendram imaginários estão inseridos na comunicação e nas práticas sociais.

Para Charaudeau (2017), o imaginário sociodiscursivo é:

[...] uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, a qual, conforme dito, constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante. Ele resulta de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional através da intersubjetividade das relações humanas, e se deposita na memória coletiva. Assim, o imaginário possui uma dupla função de criação de valores e de justificação da ação. (CHARAUDEAU, 2017, p. 578).

Isso significa que os discursos veiculam e reproduzem diversas significações sobre o mundo e que cabe ao analista levar em conta que esses imaginários são construídos por meio de um cruzamento de universos de discurso que deve ser considerado.

A noção de imaginário, de acordo com Charaudeau (2017), refere-se não somente a uma maneira de compreender e representar o mundo, mas também de justificar ações. E como esses imaginários se materializam por meio das interações verbais, eles podem ser compartilhados, difundidos e, conseqüentemente, nortear as ações de terceiros.

Para Charaudeau (2017), os imaginários podem se originar de saberes de conhecimento e de crença. Os saberes de conhecimento estabelecem uma verdade a partir de um ponto de vista objetivo, pautado na ciência, cujas proposições são garantidas pela possibilidade de verificação. Já os saberes de crença dizem respeito a valores que são provenientes de avaliações subjetivas, pautadas em saberes de revelação ou de opinião. Os saberes de revelação têm como referência um lugar de verdade exterior ao sujeito, transcendental, tais como textos sagrados. Os saberes de opinião se pautam em alguns dos julgamentos possíveis a respeito dos fatos circulantes nos grupos sociais. Dentre essas várias possibilidades, o sujeito adota uma visão de mundo, orientado por diversas lógicas, tais como a do provável, do possível, do verossímil ou do necessário. Segundo Charaudeau (2017):

A opinião resulta de um movimento de apropriação, da parte de um sujeito, de um saber dentre os saberes circulantes nos grupos sociais. Esse saber é, então, ao mesmo tempo pessoal e partilhado, e é por isso que não pode ser discutido. E, mesmo quando aparece sob uma enunciação generalizante, como no caso dos provérbios, máximas e ditados, o sujeito sabe que esse saber é discutível, como prova o fato de que a todo provérbio responde um contraprovérbio. Está sempre em questão um julgamento de verdade por trás do qual se encontra um ver geral, uma crença popular anônima, como que emanando de uma voz que se encontra por sobre os sujeitos (um metaenunciador); de modo algum uma voz da razão ou da ciência, mas uma voz coletiva em relação à qual o sujeito se posiciona. (CHARAUDEAU, 2017, p. 584-585).

Os saberes de opinião se subdividem em opinião comum, opinião relativa e opinião coletiva. O saber de opinião comum pretende ser generalizante, adotando o princípio de que “todo mundo pensa x, então, eu penso como todo mundo”. Corresponde àquilo que costumamos chamar de senso comum e é expresso, muitas vezes, por meio de provérbios e ditos populares. A opinião relativa emana de um sujeito individual ou

de um grupo restrito e se inscreve num espaço de discussão frente a outros grupos. Mas se trata de um julgamento circunstancial, relativo ao grupo e à situação na qual é emitido, que se presta obrigatoriamente à discussão, uma vez que admite uma posição contrária à sua. Para Charaudeau (2017, p. 686), “A opinião relativa é aquela que se exprime no espaço da discussão da democracia.” Finalmente, a opinião coletiva é a que um grupo exprime a respeito de outro. Trata-se de uma opinião “de forte valor identitário, que não se discute e que essencializa um grupo.” (CHARAUDEAU, 2017, p. 686). O texto que analisamos é uma postagem no *twitter* em que predomina a veiculação de saberes de crença de opinião coletiva, como descreveremos a seguir.

O gênero situacional “tuíte”

Descrevemos a configuração do gênero situacional da publicação focalizada, a qual identificamos como “tuíte”, ou seja, uma postagem via *twitter*, a partir dos parâmetros definidos por Charaudeau (2004), a saber, a ancoragem social do discurso, que liga um gênero a uma determinada prática social; a sua natureza comunicacional; as atividades languageiras e as características formais do texto.

Quanto à finalidade, as postagens via *twitter*, assim como ocorre nas demais redes sociais, podem assumir várias visadas, dentre as quais a informação e a incitação. Segundo Charaudeau (2004), a visada de “informação” resulta de uma posição de um eu que quer “fazer saber”, sendo ele legitimado em sua posição de saber; o tu, por sua vez, se encontra na posição de “dever saber” alguma coisa sobre a existência dos fatos, ou sobre o porquê ou o como de seu surgimento. Pela visada de incitação, o eu quer “mandar fazer”, mas, não estando em posição de autoridade, não pode obrigar o outro a fazer, mas apenas incitá-lo. Ele deve, então, “fazer acreditar” (por persuasão ou sedução) ao tu que ele será o beneficiário de seu próprio ato. Essa incitação, no *twitter*, é favorecida pelo chamado efeito “cascata”, que é uma influência mútua entre os internautas que, segundo Kleinberg e Easley (2010), pode gerar um comportamento de massas, em função do potencial das redes de difusão e retorno rápido das mensagens

postadas.

Quanto à identidade dos participantes, as interações via *twitter* pertencem ao domínio de comunicação midiático e envolvem, na instância de produção, um sujeito informante, e na instância de recepção, um número ilimitado de participantes que tenham algum interesse em “seguir” o sujeito informante ou que tenham interesse na temática que ele aborda.

Embora esse seja um espaço que permite a participação de qualquer indivíduo, ocorre frequentemente que ele seja ocupado por usuários que compartilham interesses e visões de mundo. Isso acontece em grande parte em função dos chamados “filtros-bolha”, que são mecanismos que “valorizam, no que exibem, conteúdos e ideias que se afinam com os padrões de comportamento apresentado pelo usuário, tendendo a descartar possíveis dissensos, restringindo e guiando a navegação dos usuários” (AMORIM, 2017, p. 55). Isso faz com que “pessoas com interesses comuns se fechem em um círculo de opiniões próximas, fortalecendo o vínculo identitário com os aspectos que lhe interessam” (AMORIM, 2017, p. 55). Esse é um dos fatores pelos quais, nas redes sociais, os usuários falam, frequentemente, para seus pares. Sendo assim, as interações podem funcionar mais como um espaço para acentuar convicções pré-existentes do que para mudar pontos de vista ou abrir espaço para debate.

Ainda com relação aos participantes, é importante destacar que, tratando-se de uma rede social, essas instâncias podem trocar de papel, em função do processo de “descentralização”, descrito por Kleinberg e Easley (2010) apud Recuero (2012). Para esses autores, as mensagens nas redes sociais podem ter como fonte vários atores sociais, o que permite uma maior visibilidade para todos os seus nós, ampliando o acesso e a produção de informações. Assim, quando o usuário publica uma informação, ele atinge outros usuários que podem replicar a mensagem ou inserir um novo comentário, a partir da original. Isso afeta o chamado “capital social” dos usuários.

De acordo com Recuero (2012), o capital social, conceito que já se encontra em Bourdieu (1979), proporciona aos internautas, nas redes sociais, a promoção de seis valores, a saber, a visibilidade (estar visível na rede), reputação (percepção do ator por outros atores), autoridade (nível de conhecimento que a rede atribui ao ator), popularidade (número de conexões que tem o perfil com “retuites” e respostas),

interação (caráter conversacional) e suporte social (nível de retorno para uma solicitação). Sendo assim, as interações nesse ambiente proporcionam o estabelecimento de relações variadas entre os participantes.

O propósito, que se refere à organização de temas e subtemas, gira em torno de acontecimentos do espaço público, isto é, questões do cotidiano e de interesse geral. Isso não impede que esse espaço seja ocupado por manifestações em torno de questões pessoais.

As circunstâncias, que se referem às condições materiais da comunicação, envolvem uma comunicação digital, estabelecida pela internet, que pode recorrer a textos, imagens fixas ou vídeos em integração, além de alguns caracteres típicos dos meios digitais, tais como *gifts*, *emojis*, *hashtags*, entre outros.

Análise

Nossas reflexões focalizam um tuíte de autoria do deputado Marco Feliciano, datado de 03 de janeiro de 2021. Tal postagem foi selecionada pela grande repercussão, atestada pelo número de comentários e “curtidas”. Abaixo reproduzimos a postagem em questão:

Figura 3: Postagem do *twitter*



Fonte: <https://twitter.com/marcofeliciano/status/1345739190642741253> Acesso em: 19 jul. 2021.

A publicação recebeu 2,4 mil “curtidas” (avaliações positivas), 220 comentários, e foi compartilhada por 784 usuários. Ela se caracteriza por um apelo patêmico, ou seja, pelo uso de estratégias que visam provocar reações afetivas sobre o leitor, pois pode acentuar, por meio das visadas de informação e de incitação, a sensação de medo na população, recorrendo ao imaginário de que a vacina pode ser nociva. Essa representação é reforçada por outro imaginário negativo ligado à origem da vacina: a China. Por fim, a desconfiança em torno da eficácia da vacina é reforçada quando se lançam acusações sobre um dos responsáveis pela parceria do Instituto Butantan com o laboratório chinês: o governador João Dória.

O autor do *tuíte*, Marco Feliciano, é deputado federal filiado ao partido Republicanos e pastor evangélico da igreja neopentecostal “Catedral do Avivamento”, ligada à Assembleia de Deus. É também empresário, autor de livros, CDs e DVDs de autoajuda. Como parlamentar, é conhecido por defender pautas conservadoras, posicionando-se contra a criminalização da homofobia e contra a descriminalização do aborto. Já foi alvo de processos por publicações nas redes sociais consideradas racistas e

homofóbicas.⁸ No *twitter* contabiliza, até a presente data, 667 mil seguidores e 54,1 mil *tuítes*. Suas publicações, de acordo com Amorim (2017), agrupam-se em torno dos seguintes eixos:

a) mensagens de promoção institucional, com postagens que divulgam a Catedral Tempo de Avivamento, denominação religiosa que preside, suas filiais (ou congregações, termo utilizado comumente nos círculos evangélicos) e seus eventos; b) mensagens de promoção de aparições midiáticas, nas quais reforça participações suas em programas de TV e rádio, além de reforçar a programação da Rádio Tempo de Avivamento, ligada à sua igreja, e, quando existia, do programa de TV Marco Feliciano; c) mensagens bíblicas e motivacionais, com frases célebres, trechos bíblicos, cumprimentos acompanhados de reflexões, vídeos de pregações e cultos, além de fotos do próprio pastor acompanhadas de frases de efeito; d) mensagens de promoção e vendas de produtos, com venda de livros, CDs e DVDs de sua autoria ou promovendo autores e cantores gospel ligados às suas empresas; e e) mensagens de posicionamento pessoal, político e moral, em que discorre sobre sua atuação parlamentar, seus posicionamentos políticos e morais e sua visão de mundo sobre esses campos, quase sempre com apelo à comunidade evangélica, ênfase na moralidade conservadora protestante, guerra espiritual e críticas a grupos LGBT, feministas e do espectro político da esquerda partidária brasileira. (AMORIM, 2017, p. 94).

A publicação analisada compõe o eixo de mensagens de posicionamento pessoal, político e moral e se insere num contexto de intensa polarização política e crise sanitária causada pela COVID-19. Compõe-se de duas partes: um texto escrito, identificado como de autoria de Marco Feliciano e uma imagem, composta por duas fotos do político João Doria, acompanhadas de legenda e da identificação “Movimento do povo brasileiro”⁹, o que indica que tal imagem foi obtida em outra fonte. Sua inserção, no entanto, significa que, embora não seja seu autor, Feliciano se responsabiliza pelo seu conteúdo e concorda com ele.

Por meio de procedimentos linguístico-discursivos e multimodais, o sujeito comunicante materializa, no seu *tuíte*, imaginários provenientes de saberes de crenças de opinião coletiva, nos termos de Charaudeau (2017), propagando entre a população o medo da vacina “da China”, por meio da proposição de que a vacina não é confiável. Essa

8 Vários veículos publicaram notícias a respeito, dentre eles <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/deputado-marco-feliciano-responde-por-homofobia-e-estelionato-no-stf.html>. Acesso em: 19 abr. 2021.

9 O “Movimento do povo brasileiro” é um grupo de apoio ao presidente da república, que se identifica, nas redes sociais, da seguinte forma “somos a favor de um estado mínimo (sic) e lutamos pelo fim da corrupção e privilégios na vida pública (sic), lutamos por um Brasil (sic) igual para todos, o estado tem que cuidar da saúde, educação e segurança.” Disponível em https://pt-br.facebook.com/pg/movimentodopovobrasileiro/about/?ref=page_internal. Acesso em: 18 dez. 2020.

postagem se associa a uma série de outras publicações de responsabilidade de internautas públicos ou anônimos simpatizantes da extrema direita no Brasil, que, ao longo da pandemia de COVID-19, têm colaborado para difundir o negacionismo em torno da eficácia e confiabilidade da vacinação. Tal publicação resgata alguns valores populistas divulgados no âmbito global, a saber, o negacionismo científico e a “caça” ao suposto marxismo cultural e às pessoas que defendem pautas progressistas, qualificadas, genericamente, como “comunistas”. E, no contexto político brasileiro, tais mensagens servem como pano de fundo para fomentar entre os usuários das redes sociais a polarização política dos dias atuais.

A postagem é introduzida por duas exclamações que antecipam o tom exaltado da publicação: “Tudo tem limite! O governador Doria surtou!”, sugerindo que a informação que se segue refere-se a um ato de insanidade do governador, que extrapola a racionalidade. O uso do processo verbal “surtar” projeta uma imagem de alguém que está fora de si, um inimigo que deve ser expurgado. Contudo, seguem-se declarações no formato delocutivo (CHARAUDEAU, 2008), ou seja, asserções objetivas, impessoais que aparentam representar não opiniões, mas verdades que, de antemão, regulam a leitura que se espera do internauta. Utiliza-se o discurso relatado: “Ele diz que pedirá o registro da vacina chinesa na Anvisa semana que vem, MESMO SEM A DIVULGAÇÃO DOS DADOS SOBRE A EFICÁCIA”, no qual se introduz a fala do governador Doria. O fato de não se informarem o tempo, o espaço e os interlocutores da enunciação original caracteriza uma descontextualização que pode ser vista como uma estratégia discursiva que constrói verdades que têm o potencial de manipular a opinião pública. Além disso, a descontextualização dessa fala acarreta uma ambiguidade: a informação final de que a solicitação de registro seria feita “mesmo sem a divulgação dos dados sobre a eficácia” seria uma concessão posta pelo locutor original ou pelo autor da postagem? Tal ambiguidade pode levar o internauta a interpretar que teria havido por parte do locutor original, o governador Doria, uma transgressão deliberada dos procedimentos habitualmente esperados nesse caso, o que poderia abalar a imagem do governador e da vacina produzida pelo Instituto Butantan. Trata-se de mais uma proposição sugerida pelo autor da postagem, que é uma estratégia típica para manipulação do sujeito interpretante.

Acrescente-se, no entanto, que a divulgação pública dos dados de eficácia de uma vacina antes da submissão do pedido de registro da ANVISA, embora desejável, não é obrigatória¹⁰. Ou seja, diferente do que sugere o texto, a não divulgação desses dados ao público, por si só, não desqualifica a vacina. O uso do discurso relatado, mesmo que integrado à fala de outro enunciador (o chamado discurso indireto), como na postagem em questão, procura dar à informação um caráter de fidelidade à fala original. Sendo assim, o enunciado aparenta comportar uma informação imparcial quando, na verdade, conduz o leitor à avaliação equivocada de que, se os dados da eficácia da vacina não fossem divulgados antes da sua submissão à ANVISA¹¹, esses dados ou essa eficácia não existiriam, colocando em questão a credibilidade da vacina.

Os enunciados que se seguem também reiteram a tentativa de abalar a confiança da população quanto à eficácia e à segurança da vacina. O primeiro enunciado adota a modalidade alocutiva, que, como tal, interpela diretamente o interlocutor, neste caso, por meio da interrogação: “Vão dar para o povo uma vacina que nem na China foi aprovada?” Trata-se de uma interrogação de valor retórico, que visa não aferir do interlocutor uma resposta a uma dúvida, mas a compartilhar, sob o formato de uma pergunta, um conhecimento, uma certeza ou uma opinião. Tal recurso pode ser considerado uma estratégia de valor argumentativo, uma vez que, conforme aponta Pereira (2008, p. 1524), “[...] este recurso propicia ao enunciador exprimir de modo contundente a firme confiança na verdade de seus sentimentos e fazer com que seu interlocutor passe a compartilhá-los”. Essa estratégia visa dar ciência ao interpretante sobre a informação pressuposta à questão, ou seja, a de que tal vacina não foi aprovada nem na China, seu país de origem. Acrescente-se que o uso do operador “nem” sugere o grau de estranheza da situação, levando ao subentendido de que, se tal vacina não foi aprovada na China, não poderia ser aprovada em outro país. Além disso, a constatação

¹⁰ De acordo com informações publicadas no site da ANVISA (<http://antigo.anvisa.gov.br/resultado-de-busca>), o processo de aprovação de medicamentos por parte desta Agência deve passar pelas seguintes etapas: fase não clínica, desenvolvimento do medicamento, fase clínica, registro e pós-mercado. Após o registro, o produto já está liberado para o uso. Sendo assim, embora a divulgação pública dos resultados possa mobilizar a atenção da população, não é uma etapa obrigatória para que o produto seja colocado em uso.

¹¹ A ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, é uma autarquia ligada ao Ministério da Saúde, responsável pela aprovação e fiscalização do uso de vacinas no Brasil.

que se segue – “Paulistas viraram cobaias” – reforça a ideia de que a vacina se encontra em estágio experimental e de que o seu uso representa um risco.

Por fim, a *hashtag* “#ForaDoria” explicita a finalidade de incitação que motiva a publicação, uma vez que a postagem se insere numa campanha que tem como alvo o governador de São Paulo. Ao utilizar o recurso da *hashtag*, o usuário consegue indexar a expressão nas redes sociais, transformando-a num hiperlink que encaminha o internauta para páginas que contenham publicações relacionadas ao mesmo assunto. Portanto, ao finalizar o texto utilizando esse recurso, o autor deixa clara sua intenção de congrega outros internautas nessa campanha de desestabilização do mandato de Doria.

Na imagem que se segue, há duas fotos do governador João Doria: na primeira, ele segura uma caixinha de hidroxiclороquina e, na segunda, ele segura uma seringa em cuja agulha se fixa uma bandeira da China. Como legenda, temos uma asserção que opõe a hidroxiclороquina à vacina, exaltando o valor da primeira e questionando a eficácia da segunda: “Hidroxiclороquina usada há mais de 60 anos não pode. Não tem comprovação científica. Mas vacina nova da China pode. É segura.”

Tal asserção introduz uma falácia: a ideia de que a hidroxiclороquina seria eficiente contra a COVID-19 e, para os mais desatentos, a de que seria usada no tratamento dessa doença há mais de 60 anos, o que não é verdade. Apresenta-se um argumento que se contrapõe ao daqueles que combatem o tratamento precoce contra a COVID, defendido pelo presidente da república e por seus apoiadores, cuja eficácia nunca teve comprovação científica. A segunda parte da asserção introduz uma afirmação irônica: “Mas vacina nova da China pode. É segura”, que, como tal, dá a entender exatamente o contrário do que diz. Essa imagem se apresenta no formato de um meme, imagem propagada nas redes sociais, que em geral possuem um conteúdo humorístico. Esse gênero frequentemente veicula conteúdo irônico, como é o caso da imagem em questão.

Subjacente à publicação descrita, há a promoção de dois imaginários compartilhados pelos usuários que pertencem à mesma “bolha” do seu autor: o imaginário de que quaisquer adversários são inimigos e o imaginário de que a vacina e, de certo modo, a ciência não são confiáveis. Relacionada ao primeiro imaginário, temos uma espécie de depreciação da China e, por associação, do comunismo. Nesse momento,

observa-se que políticos e figuras públicas das mais diferentes orientações políticas e ideológicas têm sido rotuladas como “comunistas”, dentre elas o governador João Dória. A atribuição desse rótulo a diferentes personalidades, do mundo político ou fora dele, tem sido uma prática do grupo que apoia o governo de extrema direita brasileira. Para esse grupo, comunistas são vistos como adversários, terroristas, ameaças à liberdade individual e à soberania nacional, sendo, por isso, pessoas que deveriam ser banidas da sociedade.

O segundo imaginário refere-se à crença de que a ciência não é confiável, representação que aqui se manifesta pelo descrédito atribuído à vacina Coronavac. A difusão de opiniões desse tipo alimenta movimentos anticiência, anti-intelectualismo, assim como o negacionismo e teorias da conspiração em todo o mundo. No Brasil, no caso específico do uso de vacinas para o combate à COVID-19, diversas declarações e postagens nas redes sociais, de personalidades públicas e anônimas, alertam para prováveis “efeitos colaterais” das vacinas. As teses de que a vacina implantaria um chip para que os chineses pudessem controlar as pessoas, ou de que ela poderia transformar as pessoas em jacarés foram amplamente difundidas, ao mesmo tempo em que tratamentos que vão do “kit covid” sem comprovação científica, defendido por autoridades ao uso de “feijões mágicos”, defendido por um pastor neopentecostal, se tornaram públicos.¹²

Interpretamos, a partir de Charaudeau (2017), que os imaginários descritos acima constituem saberes de crença de opinião coletiva, pois representam a opinião de um grupo (no caso os adeptos das concepções populistas) que se opõe aos valores defendidos pelo grupo contrário, no caso, políticos e parte da sociedade civil que defendem a ciência e os valores progressistas. Na situação de comunicação descrita, o personagem que representa esse segundo grupo seria o governador Dória. Embora esteja longe de ser um progressista, ele representa, na situação em questão, aqueles que se opõem ao presidente da república e que, portanto, devem ser vistos como inimigos e, por isso, expurgados.

¹² Sobre algumas dessas informações falsas, trata o artigo disponível em <https://www.sanarmed.com/fake-news-sobre-as-vacinas-para-covid-19-podem-atrapalhar-imunizacao>. Acesso em: 23 ago. 2020.

Como aponta Charaudeau (2017), as opiniões relativas possuem valor identitário, não sendo passíveis de discussão. Nesse sentido, o uso de expressões como “vacina chinesa” e “vacina nova da China” tem alto valor pejorativo e reforça, entre os pares, a desconfiança com relação à confiabilidade da vacina, promovendo, entre o público, a negação do conhecimento científico e, conseqüentemente, fomentando discursos e comportamentos que se assemelham àqueles da época da “Revolta das Vacinas”.

Retomando as características dos discursos negacionistas, elencadas por Camargo e Coeli (2020), identificamos no *tuíte*: i. a seletividade de informações, ao citar o fato de a hidroxicloroquina ser usada há mais de 60 anos e omitir a informação de que esse uso não era direcionado à COVID-19 ou a outros vírus similares; ii. o uso de deturpações ou falácias lógicas quando, em decorrência da omissão descrita em i, leva o internauta a crer que a cloroquina pode ser segura e efetiva no tratamento da COVID-19; iii. A identificação de conspirações, ao levar o interpretante a crer que os paulistas serão cobaias de uma vacina que não é segura.

Se compreendermos que a publicação em questão é um ato que repercute sobre o leitor, os possíveis efeitos psicossociais mais evidentes dessa postagem são o medo da vacina e a ira contra o ator político João Doria. Para Aristóteles (2007), o medo refere-se a um distúrbio provocado por uma imagem mental de algum mal que pode vir a ocorrer. Segue o autor, “[...] o medo é sentido por aqueles que acreditam que alguma coisa ocorrerá a eles, pelas mãos de indivíduos, de determinada maneira e em determinado momento” (ARISTÓTELES, 2007, p. 95). Nessa perspectiva, ele se opõe diretamente à confiança. Na postagem analisada, vemos que o autor difunde e acentua o medo em seus seguidores ao minar a confiança deles na vacina e no responsável pela sua aquisição. Além disso, o texto acentua discursos de ódio, tanto contra os chineses e comunistas quanto contra o governador Doria e o segmento político que ele representa. Para Shafer, Leiva e Santos (2015, p. 147), “O discurso de ódio está dirigido a estigmatizar, escolher e marcar um inimigo, manter ou alterar um estado de coisas, baseando-se numa segregação. Para isso, entoa uma fala articulada, sedutora para um determinado grupo, que articula meios de opressão”. As conseqüências sociais desse tipo de discurso podem ser muito nocivas, como adverte Brugger (2007), para quem essas manifestações podem

provocar efeitos imediatos (insultos, assédios, intimidações) e mediatos (violência e/ou discriminação).

Embora o espaço das redes sociais seja público e permita a livre expressão do pensamento, não deixa de ser curioso o fato de um parlamentar do qual se espera a defesa dos interesses da população usar esse ambiente para inflamar a polaridade política, difundindo informações que contrariam o ponto de vista científico, e colocando em risco a segurança inclusive dos seus apoiadores. Esse fato é ainda mais curioso ao se levar em conta que o sujeito comunicante é também pastor, ou seja, exerce uma função da qual se esperam ações movidas por sentimentos como fraternidade e solidariedade, que sejam voltadas não só à orientação espiritual do seu rebanho, mas também ao seu bem-estar. O comportamento exemplificado pela publicação em foco é descrito por Charaudeau (2006) ao abordar as restrições subjacentes ao contrato político. Para o autor, ao contrário do que se possa pensar, o dispositivo identitário do contrato político não se compõe apenas das instâncias política e cidadã, mas inclui também a instância adversária e a midiática. Diz Charaudeau (2006):

[...] dadas a complexidade da estruturação do campo político, decorrente dos múltiplos entrecruzamentos que se produzem entre os diferentes setores de atividade da prática social, e as diferentes situações de comunicação, convém distinguir três lugares de fabricação do discurso político: um lugar de governança, um lugar de opinião e um lugar de mediação. No primeiro desses lugares se encontra a *instância política* e seu duplo antagonista, a *instância adversária*; no segundo, encontra-se a *instância cidadã* e, no terceiro, a *instância midiática*. (CHARAUDEAU, 2006, p. 55, grifos do autor).

Com relação à publicação analisada, o que parece ser informação é uma crítica ao adversário que leva à conclamação do grupo de seguidores em busca de apoio. Assim sendo, independentemente do prejuízo que possa vir a causar à instância cidadã, subjaz aos discursos articulados um ataque à instância adversária, que é vista pelo autor da publicação e/ou seu grupo político como uma ameaça à sua posição de governança e, conseqüentemente, ao seu projeto de poder. Portanto, a imagem de humanidade ou de solidariedade de um discurso aparentemente motivado por uma preocupação com a coletividade pode estar mascarando um comportamento que visa à manipulação da opinião pública.

Os imaginários compartilhados por meio das estratégias descritas acima parecem, portanto, priorizar não só um convencimento ou persuasão de sujeitos que têm um posicionamento diferente, mas também fortalecer convicções pré-estabelecidas e inflamar militantes para se manifestarem a favor delas. Isso se confirma quando constatamos que mais de 90% dos comentários dos internautas é de concordância à proposta apresentada, com manifestações de repúdio à “vacina chinesa”, à vacinação em geral e ao governador de São Paulo.¹³ Porém, a análise desses comentários não cabe neste espaço, mas compõe um capítulo ainda a ser escrito.

Considerações finais

Este trabalho procura, a partir da descrição e análise de uma postagem de um político brasileiro, refletir a respeito de procedimentos linguístico-discursivos e multimodais responsáveis por difundir imaginários de orientação populista na abordagem da crise sanitária decorrente da COVID-19. A partir de uma breve contextualização sobre o cenário político brasileiro e do funcionamento das redes sociais – especificamente o *twitter* – como plataforma de difusão de informação e incitação à população, procuramos descrever e interpretar a publicação do pastor e deputado Marco Feliciano, identificando procedimentos por meio dos quais são defendidos imaginários de negação à ciência e de combate aos opositores/inimigos políticos.

Diante da realidade pandêmica, permeada por incertezas, que vivemos no Brasil e no mundo, na qual há mais dúvidas e perguntas do que respostas, é natural que a população busque informação e orientação. Essa informação chega à população quase sempre através das mídias de informação, mas tem sua origem na esfera científica e na esfera da administração pública federal, estadual e municipal. Seria desejável que, diante de uma crise sanitária de tal dimensão, cientistas e gestores públicos mantivessem um diálogo constante a fim de repassar à população informações e orientações coerentes, a

¹³ A análise dos efeitos obtidos a partir dessa publicação compreende a interpretação dos comentários publicados e é objeto de outro artigo em construção, que focaliza, especificamente, a questão da recepção.

fim de que as pessoas se sentissem seguras a respeito das ações mais adequadas para atravessarem essa crise. No Brasil, porém, não é isso o que tem acontecido e o que acompanhamos é a difusão de informações de caráter duvidoso, por meio de estratégias discursivas que visam não ao bem-estar da população, como era de se esperar, mas à obtenção de um capital político e à manutenção do poder.

A desarticulação de ações e as contradições nos discursos dos gestores, associados a discursos negacionistas propagados por políticos, têm afetado negativamente parte da população, que se vê desorientada quanto às medidas de real eficácia para o controle da pandemia. O discurso analisado é um exemplo de como esse processo de desinformação nas redes sociais ocorre e sua compreensão nos leva a refletir sobre o papel das pesquisas na área de Ciências Humanas em geral e em Análise do Discurso, especificamente, no sentido de trazer à consciência do público esses processos sociodiscursivos que afetam a vida das pessoas.

Referências

AMORIM, A. de L. T. de. **Poder e violação de direitos humanos no discurso neopentecostal**: Uma análise da atuação político-midiática de Silas Malafaia e Marco Feliciano nas redes sociais online. 2017. 220f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Rideel, 2007.

BAKHTIN, M. (V. N. Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 7 ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

BOURDIEU, P. Les trois états du capital culturel. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, [s. l.], n. 30, p. 3-6, 1979.

BRUGGER, W. Proibição ou proteção do discurso de ódio? Algumas Observações sobre o Direito Alemão e o Americano. **Revista de Direito Público**, Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público, vol. 1, nº 15, p. 117-136, jan./fev./mar. 2007.

- CAMARGO, K.; COELI, C. M. A difícil tarefa de informar em meio a uma pandemia. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 30 (2), 2020.
- CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. **Gêneros reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: NAD/UFGM, 2004, p. 13-41.
- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Tradução de Angela M.S. Corrêa e Ida Lucia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.
- CRONOLOGIA histórica da saúde. **Funasa**. Fundação Nacional de Saúde. 2017. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/cronologia-historica-da-saude-publica>. Acesso em 24 nov. 21.
- KARHAWI, I. Influenciadores digitais: o Eu como mercadoria. In. SAAD-CORRÊA, E. N.; SILVEIRA, S. C. **Tendências em comunicação digital**. São Paulo: ECA-USP, 2016, p. 38-58.
- KLEINBERG, J.; EASLEY, D. **Networks, Crowds, and Markets: Reasoning about a Highly connected World**. Cambridge University Press, 2010.
- PEREIRA, J. N. Estratégias retórico-discursivas no discurso de auto-ajuda. **Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística**: Múltiplas perspectivas em Linguística / José Sueli de Magalhães, Luiz Carlos Travaglia (organizadores). Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 1523-1533.
- PORTO, M. Y. Uma Revolta Popular Contra a Vacinação. **Ciência e Cultura**, Campinas, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 1-2, 2003.
- RECUERO, R. O capital social em rede: como as redes sociais na internet estão gerando novas formas de capital social. **Contemporânea | comunicação e cultura**, Salvador (UFBA), v. 10, n. 03, p. 597-617, set./dez. 2012.
- SHAFER, G.; LEIVA, P. R. C.; SANTOS, R. H. Discurso de ódio. Da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 52, n. 207, p. 143-158, jul./set. 2015.

VERAS, T. J. de S. Negacionismo viral e política exterminista: notas sobre o caso brasileiro da COVID-19. **Voluntas**: Revista Internacional de Filosofia, Santa Maria, v. 11, p. e45, 2020.

Recebido em 12/02/2022.

Aprovado em 19/04/2022.